



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/11/2014

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. ORÇAMENTO.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	2 - 3
2.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	4
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. AÇÕES TJMA.....	5
3.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	6
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	7

Judiciário aguarda aprovação da proposta orçamentária de 2015

A proposta orçamentária do Poder Judiciário do Maranhão para o ano de 2015, no valor total de R\$ 1.631.536.062,00, já se encontra em tramitação na Assembleia Legislativa, onde deve ser apreciada e deliberada pelos parlamentares.

Na mensagem enviada ao Legislativo Estadual, foram detalhadas a natureza e o objetivo das despesas com a administração dos serviços judiciários e a promoção do acesso à Justiça, que incluem investimentos para expandir, agilizar, modernizar e manter a atividade jurisdicional e assistencial do Poder Judiciário.

Também são elencadas as despesas relativas a pagamento de pessoal e encargos sociais; contribuições e benefícios previdenciários; auxílios transporte moradia e saúde; pagamentos devidos

pelas Fazendas Públicas decorrentes de sentença judiciária (precatórios) e cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado, favorecendo magistrados e servidores.

Os valores detalhados na peça orçamentária de 2015 são destinados ao Tribunal de Justiça; Corregedoria Geral da Justiça; projetos institucionais das áreas da infância e juventude, mulher, encarcerados, e fundos de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj); da Escola Superior da Magistratura (Fesman); das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais (Ferc); de Segurança dos Magistrados (Funseg).

Do total estimado para o próximo ano, a maior parte dos recursos é destinada ao pagamento de pessoal, no valor de R\$ 758.715.629,00.

Esse montante reserva-

do à folha de pagamento já prevê o pagamento dos reajustes nos percentuais de 21,7%, concedido por decisão judicial aos servidores de nível fundamental e médio; e de 4,3%, referente à reposição anual de perdas inflacionárias dos servidores efetivos, estáveis e comissionados em geral.

Foram previstos, ainda, recursos para a nomeação de 94 juizes de Direito para as varas judiciais – instaladas ou por instalar, assim como de analistas, técnicos, auxiliares, oficiais de Justiça e comissários da infância e juventude para a atividade administrativa.

“Queremos nomear, de imediato, e tão logo seja concluído o concurso público em andamento, no mínimo 50 juizes e os analistas, técnicos e auxiliares da equipe do apoio administrativo”, adiantou a

presidente Cleonice Freire.

PENDÊNCIAS - Enquanto aguarda a aprovação do orçamento 2015, a presidência do TJMA mantém entendimentos constantes com o governo estadual visando à liberação de recursos financeiros pendentes do orçamento de 2014.

O valor requerido em caráter emergencial é da ordem de R\$ 211.793.928,00 e é destinado às despesas de custeio, folha de pagamento, custos fixos e para dar continuidade das obras de construção de fóruns iniciadas.

Segundo informações da presidência do TJMA, o Judiciário aguarda, também, o crédito orçamentário suplementar de 12 milhões de reais para pagamento de pessoal, já empenhado pelo Executivo, mas ainda não disponibilizado ao Tribunal, até a presente data.

Poder Judiciário bate recorde de casamentos na cidade de Imperatriz

Este ano, mais de mil casamentos comunitários foram oficializados na Comarca; o último ocorreu na quinta-feira passada, no Recanto Universitário, em cerimônia que uniu 422 casais que não dispunham de recursos para solenidade

João Rodrigues

Da equipe de **O Estado**

IMPERATRIZ - Quatrocentos e vinte e dois casais oficializaram a união na quinta-feira (30), no quarto casamento comunitário promovido pela Justiça em Imperatriz. Juízes das comarcas de Imperatriz e Açailândia presidiram a solenidade, que lotou as dependências do Centro de Referência em Assistência Social (Cras), no Residencial Recanto Universitário, na área da Grande Vila Nova.

O primeiro casal a dizer "sim" foi o mais velho - Evaldo Barbosa, 78, e Isabel Santana de Oliveira, 51. A juíza Ana Paula Araújo foi quem presidiu a cerimônia desse casal, que é evangélico e já convive maritalmente há 28 anos. Depois, o juiz Genivaldo Pereira Silva uniu o casal mais jovem - Ana Paula Carvalho e Roger Brandao de Amorim.

A Secretaria de Desenvolvimento Social e os cartórios do 1º e 2º Ofício foram parceiros do Poder Judiciário no projeto social *Casamentos Comunitários*, que este ano já oficializou a união de cerca de mil casais classificados como de baixa renda.

Inaugurado em 1999 pela Corregedoria Geral da Justiça, o *Casamentos Comunitários* já beneficiou mais de 30 mil casais da capital e das comarcas do interior do Maranhão. O objetivo viabilizar a união de casais carentes sem ônus para os nubentes.

Desde a abertura até o encerramento das inscrições, no dia 20 deste mês, dezenas de candidatos a noivos passaram pelo Cen-



Elizabeth Rodrigues e Eurisvan Pereira da Silva foram um dos 500 casais que oficializaram a união

Mais

Para casar, os noivos precisam procurar um cartório da Família onde manifestam o interesse ou colocam os nomes, e nessa mesma data o edital de proclamas é preparado. Esse edital tem de ser publicado em jornal para que o interesse do casamento seja de conhecimento público e no dia seguinte da publicação os noivos devem levar o jornal com o edital publicado, ao cartório. Quinze dias depois o processo é certificado e então começa o processo de habilitação dos noivos.

tro de Referência em Assistência Social (Cras), do conjunto habitacional Recanto Universitário e, ainda, o 1º e 2º Cartórios da Família, para declarar interesse pela regularização da convivência.

Quando foram abertas as inscrições para o casamento comu-

nitário, no início de outubro, o juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, titular da 2ª Vara da Família, anunciou a união de 300 casais, mas no decorrer do período esse número subiu. Cada cartório ficou com a meta de preparar a documentação para 250 casais.

"Este foi o quarto casamento comunitário. Fizemos mais de mil casamentos este ano e este foi o maior. Infelizmente, por razão de estar findando o ano, não temos condições de fazer nenhum outro, apesar de termos pedidos aqui para fazer", observou o juiz.

Mais uniões - O magistrado adiantou que o projeto será mantido em 2015, quando será realizado em parceria com o projeto social *Justiça nos Bairros*, desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ). O *Justiça nos Bairros* foi lançado em Imperatriz no dia 11 de abril deste ano e está sendo coordenado pela juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, destacou que este é um projeto revolucionário, que constrói justiça com os cidadãos. Ela também enfatizou o empenho dos juizes da Comarca de Imperatriz.

"Um projeto desta magnitude não pode acontecer sem o comprometimento de magistrados que têm amor ao seu trabalho. Somente com muita dedicação é possível avançar e ir além da prestação jurisdicional e promover a oportunidade de acesso a serviços sociais", afirmou a corregedora-geral.

Busca - O projeto *Casamentos Comunitários* pode ser realizado por iniciativa da CGJ ou do próprio juiz da Família. Muito conhecido na sociedade, Adolfo Pires da Fonseca Neto vem

sendo procurado por lideranças de bairros e religiosas, que reivindicam a legalização da união de casais que não têm condições de pagar as custas do casamento, atualmente em torno de R\$ 200,00.

Nessa situação, o juiz faz um pleito ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que por sua vez manda confeccionar os selos de gratuidade para as certidões de casamento e os Cartórios da Família encarregam-se de preparar a papelada.

Devido à grande demanda de casamentos, os cartórios tiveram muito trabalho, como é o caso do 1º Ofício, onde a tabeliã Maria das Graças Sousa Veloso teve de trabalhar com sua equipe em regime de mutirão para cumprimento dos prazos.

Cerimônias acontecem nas férias

Mai e julho são os meses preferidos dos noivos imperatrizenses. Com a experiência de 34 anos de trabalho, a tabeliã Maria das Graças Veloso (Cartório do 1º Ofício) acredita que a escolha de maio se dá pela tradição deste ser o mês das noivas e de Maria, mãe de Jesus, e julho está diretamente ligado às férias.

"Essa escolha dos meses de férias se dá até porque hoje todo mundo é ocupado e não tem tempo de vir para o cartório, trazer testemunhas e levar o edital de proclamas para o jornal, por exemplo", presumiu a tabeliã. Da publicação do edital até a celebração do

casamento, o processo dura 15 dias.

Quem disse que a burocracia não é barreira para os noivos? Conforme estimativa de Graça Veloso, de janeiro até dezembro o cartório vai realizar cerca de 900 casamentos, incluindo os 250 do casamento comunitário do dia 30 de novembro.

"Tem aumentado a procura de pessoas interessadas em casar em razão do casamento comunitário", acredita a tabeliã. A maior demanda pelo casamento comunitário está relacionada aos custos, já que um casamento atualmente custa R\$ 144, mas com a inclusão do pagamento de taxas pode ser arredondado para R\$ 200,00.

A tabeliã informou que muitos adolescentes procuram o cartório com objetivo de casar, mas são orientados para a adoção de procedimentos de praxe como a emancipação ou suprimento de idades.

Rápidas

Exposição I

A Corregedoria Geral de Justiça promoverá, a partir de quinta-feira (6), às 18h, na Galeria Celso Antonio de Menezes, localizada no hall do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, a primeira Exposição Fotográfica Integração e Cidadania. A mostra ficará em cartaz até o dia 5 de dezembro e terá a participação de 17 fotógrafos profissionais e amadores.

Exposição II

A exposição terá 66 fotos e faz parte das ações artísticas desenvolvidas no Fórum Desembargador Sarney Costa, fruto da parceria entre a diretoria da casa e a Corregedoria da Justiça do Maranhão. As finalidades são promover um ambiente harmonioso e valorizar as cerca de 6 mil pessoas que circulam diariamente no prédio da Justiça maranhense.

TJMA: servidores recebem capacitação para oitiva de crianças e adolescentes

A capacitação é direcionada para oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, realizada em salas de depoimento especial



O treinamento foi ministrado pela juíza Karla Jeane

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizou nesta sexta-feira (31), no Fórum de São Luís, capacitação para oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, realizada em salas de depoimento especial, especificamente montadas para o atendimento. Participaram do treinamento, magistrados e servidores de 13 comarcas do Estado.

Por meio de aula teórica e prática, a preparação para a escuta das crianças e adolescentes se baseia na discussão sobre a temática, etapas da entrevista, simulação de depoimentos e esclarecimentos de dúvidas.

O Depoimento Especial é um serviço do TJMA que reserva a crianças e adolescentes tratamento prioritário, sigiloso e seguro no recebimento de depoimentos, em conjunto com a Defensoria Públi-

ca, Ministério Público, Polícia e técnicos especializados, objetivando garantir a integridade física e psicológica e preservar a imagem e identidade das vítimas.

PROCEDIMENTOS - O serviço consiste em receber a criança ou adolescente nas dependências do Fórum, 30 minutos antes da audiência, para então direcioná-la à sala de depoimento especial, onde será ouvida por um profissio-

nal competente com o auxílio de equipamentos audiovisuais, que estarão ligados à sala de audiência.

Na sala de audiência estarão o juiz, promotor e partes, que poderão ver, ouvir e fazer perguntas por meio da técnica que estará na sala de depoimento especial.

De acordo com a juíza Karla Jeane, da Coordenadoria da Infância e Juventude, a iniciativa visa facilitar a escuta em separado das vítimas de menor idade, que costumam sentir-se constrangidas na presença dos supostos agressores.

"As crianças e adolescentes precisam receber um atendimento mais humanizado por parte da Justiça, além de terem garantido o seu direito de falar sobre o ocorrido de uma forma digna e com a ajuda de profissionais devidamente capacitados", pontuou a juíza.

Participam do treinamento representantes de comarcas que já possuem salas instaladas e em funcionamento - São Luís, Imperatriz, Coelho Neto e Timon - e, também, as que serão contempladas com a estrutura até o final do ano: Bacabal, Coroatá, Pinheiro, Santa Inês, Santa Luzia do Paruá e São João dos Patos.

- CASAMENTO COMUNITÁRIO



"Agora até o amor vai aumentar ainda mais", disse Francilene Silva, uma das 423 noivas que disseram o sim em mais uma edição do projeto Casamento Comunitário realizado no Bairro Recanto Universitário, região periférica da Cidade de Imperatriz (665km da capital). A celebração desta quinta-feira fechou os trabalhos do projeto Justiça nos Bairros, da Corregedoria da Justiça, realizado durante os dias 29 e 30 na mesma comunidade. O juiz Adolfo Pires da Fonseca, titular da 2ª Vara de Família, coordenou os trabalhos do casamento e destacou a importância do projeto social desenvolvido pela Corregedoria. Ele afirmou que o projeto é emancipatório e permite que o Judiciário vá ao encontro dos cidadãos, buscando alternativas conjuntas para solução dos problemas sociais vividos. O magistrado também destacou a importância da nova fase na vida dos noivos que atenderam ao chamado para a cerimônia de casamento.

Poluição

Muito oportunamente, a Corregedoria Geral da Justiça realiza Audiência Pública para tratar da emissão de esgotos nos rios da ilha de São Luís. Na terça-feira, 11 de novembro, das 9 às 12 horas, o juiz titular da Vara de Direitos Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, vai discutir com a sociedade civil a emissão de esgotos in natura nos rios Bacanga, Anil e das Bicas. A audiência foi motivada pelo não cumprimento pela Caema de determinação no ano de 2006 de condenação que determinava a instalação de unidades de tratamento.